



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 27/07/2017 das 9h30 às 16h00

Local: Casan – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

- 1 Janaina Mendes – ANAMMA;
2 Patrice Juliana Barzan – CASAN;
3 Sandra Regina Batista – CIMVI;
4 Jonas Comin Nunes (**Presidente**) – CRQ;
5 Schirlene Chegatti, Leticia – FACISC (**Relatora**);
6 Claudio Soares da Silveira – FLORAM;
7 Fabiane Nobrega Scalco – FIESC (**Secretária**);
8 Ivana Becker – IMA SC;
9 Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;
10 Rafael Paludo - CIMVI (Convidado);
11

12

II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

15

2) Discussão sobre a necessidade de licenciamento do Pontos de Entrega Voluntária - PEVs de resíduos, conforme solicitação da FACISC, com a presença de representante da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - SES/SC

20 **Discussão:** Conforme discutido na reunião de 09/03/2018, avaliou-se a aplicação de
21 licenciamento considerando os códigos para armazenamento de resíduos (71.30.03 -
22 Unidade de reciclagem de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós consumo; 71.40.01 -
23 Unidade de descaracterização, com ou sem descontaminação, com ou sem reciclagem de
24 lâmpadas; 71.60.01 - Armazenamento temporário de resíduos Classe I; 71.60.02 -
25 Armazenamento temporário de resíduos Classe IIA, exceto eletroeletrônicos e
26 eletrodomésticos pós-consumo) e o encaminhamento dado de que PEVs não são passíveis
27 de licenciamento em função da magnitude dos riscos e impactos envolvidos pelos produtos
28 descartados provenientes do pós consumo. Adicionalmente foi verificado o conceito de
29 Armazenamento temporário conforme disposto na portaria FATMA 324/2015: "...Art. 2º Para
30 os efeitos desta Portaria e do uso do Sistema MTR, entende-se por: I - Armazenador
31 temporário: local devidamente licenciado, destinado a armazenar temporariamente resíduos
32 e rejeitos para fins de consolidação de cargas, sem que ocorra, antes disso, qualquer tipo de
33 processamento dessas cargas, tais como mistura, separação, triagem, enfardamento, etc.,
34 até o envio para a destinação final ambientalmente adequada definida pelo gerador nos
35 MTRs correspondentes;...". Desta forma, concluiu-se que o conceito de armazenamento
36 temporário não se aplica para pontos de entrega de resíduos voluntários de resíduos urbanos
37 e equiparáveis decorrentes da logística reversa tendo em vista que nestes locais não ocorre
38 consolidação de carga para fins de gerenciamento e destinação final do resíduo.

39 Encaminhamento: Incluir a definição de Armazenamento Temporário, quando do
40 encaminhamento da revisão da Resolução nº 98/2017.

41

3) Discussão de alterações/retificações referente aos códigos 53.20.20 - Serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes, 71.60.09 - Destinação final de rejeitos e efluentes, Classe I, oriundos de outros estados, 71.60.10 - Utilização de resíduos classes I, IIA ou IIB, 71.60.11 - Destinação final de rejeitos e efluentes, Classe IIA, oriundos de outros Estados, 47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, 26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado e art. 2º inciso XXVII (definição de LAO) da Resolução CONSEMA nº 99/2017, conforme Ofício nº 02200/2018 do IMA;

49



- 50 Discussão: As demandas do ofício 02200/2018 foram averiguadas individualmente, sendo:
- 51
- 52 **53.20.20 - Serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes**
- 53 Conforme demais códigos relacionados à transporte da Resolução n° 98/2017, verificou-se
- 54 que não se aplica os relatórios (RAP) em função da atividade considerar os aspectos
- 55 ambientais relacionados aos equipamentos de transporte, não exigindo avaliação dos
- 56 critérios locacionais para o licenciamento ambiental e não sendo aplicável as avaliações
- 57 prévias e de instalação do empreendimento.
- 58 Verificado que na Resolução n° 013/2012 também não eram aplicáveis os estudos aos
- 59 códigos relacionados, constatando-se, portanto, uma falha material na publicação do código
- 60 revisado.
- 61 Encaminhamento: Corrigir o código 53.20.20 na próxima revisão da Resolução n° 98/2017,
- 62 removendo os estudos relacionados (RAP).
- 63 **71.60.09 - Destinação final de rejeitos e efluentes, Classe I, oriundos de outros estados,**
- 64 **71.60.10 - Utilização de resíduos classes I, IIA ou IIB, 71.60.11 - Destinação final de**
- 65 **rejeitos e efluentes, Classe IIA, oriundos de outros Estados**
- 66 O enquadramento não prevê parâmetro técnico podendo ser utilizado o parâmetro tonelada
- 67 para fins de atendimento ao MTR e Lei Estadual n° 14262/2007 e suas alterações, não sendo
- 68 necessário especificação no código existente.
- 69 Encaminhamento: Manter código como está na Resolução n° 98/2017.
- 70 **Revisão do inciso XXVII do Art. 2° da Resolução n° 098/2017 (definição de LAO)**
- 71 Encaminhamento: Avaliado o conceito de LAO {"Art. 2° ...XXVII - Licença Ambiental de
- 72 Operação (LAO): documento que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após
- 73 a verificação do efetivo cumprimento das licenças anteriores, com as medidas de controle
- 74 ambiental e condicionantes determinados para a operação e, quando necessário, para a sua
- 75 desativação..."} Ponderado pelos membros da câmara que não é necessária a inclusão do
- 76 termo "quando existentes" no conceito de LAO, tendo em vista que a natureza dos
- 77 empreendimentos ligados à transporte já contemplam essa condição para emissão da
- 78 respectiva licença em ato único.
- 79 **47.10.10 - Transporte rodoviário de produtos perigosos**
- 80 Avaliado que o código não prevê a coleta de rejeitos oriundos da dos serviços públicos.
- 81 Encaminhamento: Será dada continuidade na próxima reunião.
- 82 **26.60.00 - Preparação de pescado e fabricação de conservas de pescado**
- 83 Encaminhamento: Para melhor análise o representante do IMA trará para a próxima reunião
- 84 o parecer técnico citado no ofício n° 02200/2018 e o levantamento do número de
- 85 empreendimentos licenciados ou com certidões de conformidade emitidas para essa
- 86 atividade.
- 87
- 88 **4) Formulário para pedidos de inclusão, alteração ou exclusão de atividades**
- 89 **licenciáveis.**
- 90 Discussão: Conforme avaliado pelos membros da CTL proposta será elaborada no formato
- 91 de procedimento contendo formulário com as orientações para novos pedidos de código.
- 92 Encaminhamento: A FACISC irá minutar uma proposta para análise.
- 93
- 94 **5) Discussão de alterações/retificações referente aos códigos 71.40.02 - Unidade**
- 95 **móvel de tratamento de resíduos, 71.40.03 – Unidade móvel de manutenção máquinas**
- 96 **e equipamentos e 33.13.10 - Transposição de bacia da Resolução CONSEMA n°**
- 97 **99/2017, conforme Ofício n° 02282/2018 do IMA; 71.40.02 - Unidade móvel de**
- 98 **tratamento de resíduos, 71.40.03 – Unidade móvel de manutenção máquinas e**
- 99 **equipamentos**
- 100 Discussão:
- 101 Averiguado o código:
- 102 **71.40.03 –Unidade móvel de manutenção de máquinas e equipamentos.**



- 103 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
104 Porte: Único
105 Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental –AuA.
106 Todos os efluentes líquidos e resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados em
107 unidades devidamente licenciadas.
108 Tendo em vista a justificativa apontada pela Gerência de Gestão de Processos Ambientais
109 do IMA que esta atividade se refere basicamente a “oficinas mecânicas itinerantes” e que a
110 atividade quando situada em local fixo não é passível de licenciamento ambiental em função
111 da magnitude dos impactos envolvidos, exceto quanto existir atividade de pintura (vide o
112 código 71.00.00) se conclui que os impactos estão contemplados pelo código existente, não
113 sendo pertinente o licenciamento de unidade móveis de manutenção de máquinas e
114 equipamentos.
115 Encaminhamento: Retirada do código 71.40.03 na revisão da Resolução n° 98/2017.
116 **71.40.02 –Unidade móvel de tratamento de resíduos, sem que ocorra emissão de**
117 **efluentes gasosos.**
118 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: M Geral: G
119 Porte: Único
120 Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental –AuA.
121 Todos os efluentes líquidos e resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados em
122 unidades devidamente licenciadas.
123 Encaminhamento: Continuar discussão na próxima reunião.
124 **33.13.10 - Transposição de bacia da Resolução**
125 Discussão: Verificada a numeração do código 33.13.10 e 33.13.21 da Resolução n° 99/2017
126 tendo em vista que no Sinfat a sequência não poderia ser utilizada, e que a correção que
127 deveria ter sido implementada pela Resolução n° 112/2017 não foi efetivada na sua
128 publicação.
129 Encaminhamento: IMA irá conferir para correção do erro material, excluir o código 33.13.10,
130 (por questão do Sinfat) permanecendo apenas o código o 33.13.21.
131
132 **8) Discussão sobre a reativação do código 53.40.00 – Serviços de aplicação de**
133 **agrotóxicos e/ou produtos agrícolas, por aeronaves, em resposta ao Ofício n°**
134 **02592/2018 do IMA, a fim de verificar o encaminhamento para aprovação e publicação.**
135 53.40.00 voltara vigência conforme decreto, corrigindo a nomenclatura para
136 **53.40.00 Prestação de Serviços de Aplicação de Agrotóxicos ou Produtos Agrícolas**
137 **por aeronaves. Potencial igual ao antigo, Porte Único licenciado por AuA.**
138 Encaminhamento: Encaminhar resposta à secretaria executiva.
139
140 **9) Discussão e aprovação da minuta de revisão de atividade passíveis de**
141 **licenciamento das Resoluções CONSEMA n° 98 e 99/2017, referente ao primeiro**
142 **semestre de 2018.**
143 Discussão: Iniciada a discussão da elaboração a minuta para revisão das Resoluções n° 98
144 e 99/17. Incluir o código 00.30.03 também para município (nível 3).
145 Encaminhamento: Continuará em discussão para próxima reunião.
146
147 **10) Assuntos gerais.**
148 a) Próxima reunião em 10/08/18 (extraordinária) e 31/08/18 (ordinária).
149 b) Alteração da nomeação de indicados da OAB advogado Nelson Tonon Neto, OAB/SC
150 51.422 e o suplente o advogado Bruno de Andrade Christofoli OAB/SC 31.342.
151 c) Encaminhado pela FECAM relação de atividades para análise de códigos. Deliberado
152 que a FECAM CIMVI e ANAMMA irão revisar os pedidos e incluir a justificativa.
153 d) Demais itens pautados nesta reunião e não abordados serão encaminhados para
154 tratativa nas próximas reuniões.
155



156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169

II - ENCERRAMENTO:

Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene Chegatti.